

TERAPIA OCUPACIONAL NO TERRITÓRIO: AS CRIANÇAS E OS ADOLESCENTES DA UNIDADE DO BRÁS — MOVIMENTO DE LUTA POR MORADIA URBANA*

Roseli Esquerdo Lopes

Terapeuta Ocupacional, Doutora em Educação, Docente do Departamento de Terapia Ocupacional da UFSCar

Denise Dias Barros

Terapeuta Ocupacional, Doutora em Sociologia, Docente do Departamento de Fisioterapia, Fonoaudiologia e Terapia Ocupacional da Faculdade de Medicina da Universidade de São Paulo (FMUSP)

Ana Paula Serrata Malfitano

Graduanda em Terapia Ocupacional da UFSCar e Bolsista do Programa PIBIC/CNPq/UFSCar

Debora Galvani

Terapeuta Ocupacional do Departamento de Fisioterapia, Fonoaudiologia e Terapia Ocupacional da Faculdade de Medicina da Universidade de São Paulo (FMUSP)

Ana Maria Galluzzi

Terapeuta Ocupacional do Departamento de Fisioterapia, Fonoaudiologia e Terapia Ocupacional da Faculdade de Medicina da Universidade de São Paulo (FMUSP)

Resumo:

O estudo aqui proposto representa um momento de um programa de intervenção de terapia ocupacional em suas interconexões com a esfera social, que vem sendo desenvolvido por docentes, profissionais e estudantes da área de terapia ocupacional da USP e da UFSCar. Esta intervenção dá-se em espaços comunitários, envolvendo populações em processo de ruptura de redes sociais de suporte. O referido programa integra o Projeto Metuia – grupo interinstitucional de estudos, formação e ações pela cidadania de crianças, adolescentes e adultos em processos de ruptura das redes sociais de suporte. Trabalha-se na construção de bases para a elaboração de programas terapêutico-ocupacionais na área social, constituídos a partir de uma apreensão aprofundada daquela população alvo, sobre a qual os conhecimentos produzidos são ainda insuficientes. O presente projeto se insere no campo da Pesquisa Participante e buscou realizar um estudo etnográfico e epidemiológico como base de intervenção no campo da terapia ocupacional social. A Associação de Construção por Mutirão do Casarão

* Este trabalho contou com apoio do CNPq

(Movimento de Luta por Moradia Urbana – Unidade do Brás, cidade de São Paulo) solicitou ao Núcleo USP/UFSCar do Projeto Metuia uma parceria em termos de produção de propostas de soluções para problemáticas que vêm percebendo em seu meio social com relação às suas crianças, adolescentes e jovens. Assim, os resultados que esperamos poder vir a produzir, conjuntamente com os moradores do conjunto habitacional construído pelo Mutirão do Casarão, dizem respeito à produção de formas de consolidação, criação e/ou ampliação das redes sociais de suporte para suas crianças, adolescentes e jovens.

Palavras-chave: infância e adolescência, cidadania, trabalho comunitário, movimentos sociais por moradia, terapia ocupacional

INTRODUÇÃO

A infância e a juventude de parcela significativa da população brasileira encontram-se na indigência, vivendo em situação de vulnerabilidade extrema. São diversos os fatores que confluem para a dissociação social. Extrema desigualdade, a migração para os grandes centros urbanos, precariedade de moradia, características históricas da formação da família nuclear brasileira apoiada numa precarização do trabalho, levam, muitas vezes, a uma situação de rupturas de participação e da coesão social, pauperização da sociabilidade sócio-familiar e dos vínculos que se tornam fugidios.

Num esforço oposto ao da desterritorialização e da *desfiliação* (CASTEL, 1994), inscrevem-se as experiências desenvolvidas por alguns movimentos sociais, como o Movimento de Luta por Moradia Urbana, na cidade de São Paulo, e que representam uma das faces da luta e da resistência silenciosa e cotidiana que tem marcado a história da sociedade civil no Brasil.

DO CORTIÇO AO MOVIMENTO DE LUTA POR MORADIA URBANA

O cortiço¹ é a forma de habitação proletária mais

¹ “Nos seus traços gerais, o cortiço é caracterizado como habitação coletiva situada num lote de terreno onde coabita involuntariamente grande contingente humano que precisa dividir banheiros, torneiras, tanques e outras áreas de uso comum. Marcada por péssimas condições de habitabilidade

antiga na cidade de São Paulo. Seu surgimento relaciona-se com os primórdios da industrialização ocorrida nas últimas décadas do século XIX e mantém-se até os dias atuais.

Esta forma de habitação surge como “a mais viável para o capitalismo nascente reproduzir a classe trabalhadora a baixos custos. Estima-se que a terça parte das habitações existentes em São Paulo era [no início do século XX] composta de cortiços” (KOWARICK e ANT, 1994; 74).

O discurso de higienização trazido, então, pelos sanitaristas tinha como foco de ação os cortiços pois estes eram locais de ‘insalubridade’, de propagação de doenças e que precisavam ser combatidos. Entretanto, havia, também, a intenção de combate a outra espécie ‘virulenta’ - o vírus social -, era necessário por fim a esses focos de ‘promiscuidade’ e ‘vadiagem’ anarquista presentes na cidade. “O que os médicos haviam diagnosticado como foco das epidemias era também, e sobretudo aos olhos da elite política nacional, ‘o berço do vício e do crime’ pois era aí que residia e se concentrava o que se chamava

quanto aos seus aspectos físicos, insalubre, sem as mínimas condições higiênicas, esta modalidade de moradia apóia-se no aluguel de cômodos de mínimas dimensões onde, em situação de flagrante promiscuidade, se espreme grande quantidade de pessoas de sexos e idades diferentes.” (KOWARICK e ANT, 1994, p.86)

de ‘classe perigosa’ ” (VALLADARES, 1994: 86).

Ser morador do cortiço implicava (e implica) em ‘exclusão/marginalização social’, pois nele reconhecia-se o operário visto como anarquista. Com a greve geral de 1917, as zonas populares de habitação foram ainda mais estigmatizadas, consideradas “epidemias anarquistas” (KOWARICK e ANT, 1994). O fato da pessoa ser moradora de cortiço, e conseqüentemente pobre, imprimia-lhe, automaticamente, o atributo de ‘perigosa’ à sociedade. Havia uma dicotomia entre o mundo do trabalho, da moral, da ordem – onde se incluíam as vilas operárias – e o mundo da ‘vadiagem’, da ‘amoral’, da ‘desordem’ que deveria ser reprimido e controlado (VALLADARES, 1994).

As intervenções sanitaristas, chefiadas por Oswaldo Cruz, caracterizavam-se pela invasão das habitações, desinfetando, removendo doentes e afetando as pessoas em seus valores morais tradicionais (CARVALHO, 1987; VALLADARES, 1994).

Assim, os cortiços e favelas tornam-se espaços, materiais e imaginários, onde se construiu, sobretudo através dos discurso médico e jurídico, o nexo imediato entre vadiagem, ócio e periculosidade social de seus moradores.

A habitação em cortiço, contudo, permaneceu como o tipo de habitação dominante da classe trabalhadora até a década de 50, quando a acumulação industrial adquire novos contornos, produzindo o processo de metropolização-periferização da cidade, onde o parcelamento da habitação é substituído (sem excluí-lo) pelo parcelamento do solo das múltiplas e distantes periferias, onde, destituídas de serviços básicos, os operários constroem suas casas próprias (KOWARICK e ANT, 1994).

Moradia não é um direito social reconhecido no Brasil. Assim, têm sido poucos e descontínuos os investimentos públicos no setor de moradia popular.

Os programas de construção de casas populares financiados pelo Estado, criaram, entre 1937 e 1964, apenas 141 mil unidades, sendo estas destinadas, em sua maioria, para a classe média, e não para os operários, como os moradores dos cortiços. (KOWARICK e ANT, 1994).

A partir de 1964 os investimentos públicos em habitação ampliaram-se, porém permaneceram direcionados a famílias de classe média e alta da cidade, como visto nas políticas do Banco Nacional de Habitação (BNH), que destinou 80% de 5,6 milhões de residências criadas às classes acima citadas, e apenas 20% puderam ser pleiteadas pela população com renda entre 3 e 5 salários mínimos (KOWARICK e BONDUKI, 1994).

Como conseqüência deste longo período de pouco investimento público em moradia popular e “expulsão/limpeza” dos cortiços que existiam nos casarões no centro (CARVALHO, 1987), a cidade de São Paulo teve um crescimento desmensurado de favelas e cortiços nas periferias, para onde foram os operários.

“(...) periferização: o crescimento rápido e desordenado das franjas metropolitanas a partir de processos de parcelamento do solo levados a cabo por pequenos e médios agentes imobiliários que se especializaram em “driblar” a legislação urbanística, criando loteamentos irregulares, muitas vezes clandestinos. Periferização refere-se também ao processo de segregação espacial da classe trabalhadora, empurrada cada vez mais para longe da área central da cidade, confinada em espaços marcados pela escassez de serviços urbanos e equipamentos de uso coletivo.” (VALLADARES, 1994: 102)

Isto deu origem, também na década de 70, a movimentos populares organizados para obter água, esgoto e regularização de terrenos clandestinos, além da luta pelo fim do regime militar, proposta consensual entre os movimentos populares.

No início da década de 80, estes movimentos aglutinaram-se e formaram os movimentos de associações comunitárias (mutirões), que passam a não reivindicar somente a melhoria das condições de vida nos cortiços e favelas, mas acesso à cidadania plena. GOHN (1991) sugere que, por incorporar vários movimentos e ampliar um mínimo de direitos a requerer, esta seria uma forma de organização popular mais desenvolvida.

O movimento popular por moradia em São Paulo divide-se em três grandes grupos: movimento pelo acesso à terra – invasões; movimento pela posse da terra – favelas; movimento pela construção da moradia popular – mutirões comunitários (GOHN, 1991), sendo que o movimento pela construção da moradia popular teve uma história mais atuante nos últimos anos.

Em 1985 dá-se o surgimento oficial do Movimento pela Construção por Auto-Ajuda, que a partir do apoio de vários setores da sociedade civil, tem também, conjuntamente, o apoio da municipalidade. Isto não aconteceu, por exemplo, com o Movimento Unificado das Favelas que não contava com o mesmo respaldo social (GOHN, 1991).

Apesar de avanços importantes registrados no início dos anos 90, com a gestão do Partido dos Trabalhadores no Município de São Paulo (GOHN, 1991; BONDUKI, 1999), os cortiços não constituem exceções ou reminiscências de um passado. Não há nenhum distrito da cidade que não tenha cortiço. Eles existem por toda a cidade e alcançam altas densidades, principalmente nos bairros centrais, onde, pela

proximidade dos serviços, pela maior infra-estrutura e, principalmente, pela facilidade de transporte, parcela de trabalhadores e suas famílias resistem à periferização (KOWARICK e ANT, 1994).

Segundo dados levantados pela FIPE (Fundação Instituto de Pesquisas Econômicas), em 1994, para a Secretaria Municipal de Habitação (FSP, 04/06/2000; Revista Veja, 26/04/2000), metade da população da cidade de São Paulo – cerca de 5,5 milhões de pessoas - mora em habitações irregulares, o que inclui: loteamentos ilegais (3 milhões de pessoas), favelas (1,9 milhão de pessoas) e cortiços (600 mil, dados estes do CDHU – Companhia de Desenvolvimento Habitacional e Urbano do Estado de São Paulo). A Prefeitura não têm estimativas da variação dessa população nos últimos cinco anos, mas trabalha-se sob a perspectiva de aumento crescente. O crescimento médio anual, verificado nas favelas entre 1973 e 1993, foi de 17,8%.

O Movimento de Moradia do Centro e a Central de Movimentos Populares estimam que a população encortiçada nos bairros centrais de São Paulo chega a um milhão de pessoas e não 600 mil, como considera a CDHU. Embora o número de cortiços na cidade tenha se mantido nos últimos anos, a concentração de moradores em cada unidade tem aumentado. Além disso, hotéis e pensões clandestinos do centro funcionam como cortiços e mantêm populações fixas, o que não seria considerado nas contagens oficiais (Luiz Gonzaga da Silva, Gegê, Presidente do Movimento de Moradia do Centro, 2000).

A União dos Movimentos de Moradia (UMM) é composta atualmente por vários grupos dos quais os três mais importantes são: a Unificação das Lutas de Cortiços (ULC), o Fórum dos Cortiços e o Movimento de Moradia do Centro. Desde 1997, os movimentos por

moradia vêm sendo chamados pela mídia brasileira, especialmente na cidade de São Paulo, Movimento dos Sem-Teto, num paralelismo urbano ao Movimento dos Sem-Terra.

O MUTIRÃO DO CASARÃO — MOVIMENTO DE LUTA POR MORADIA URBANA

A Associação de Construção por Mutirão do Casarão foi formada a partir da organização dos moradores de cortiços da cidade de São Paulo, através dos movimentos por moradia e dos trabalhadores, via sindicatos, com apoio de entidades sem fins lucrativos e não-governamentais, na busca de políticas e projetos específicos.

Trata-se de uma entidade civil sem fins lucrativos, formada por moradores de cortiços dos bairros do Brás, Moóca e Belém na cidade de São Paulo, que se organizaram coletivamente para buscar a solução de um problema comum: moradia digna e de qualidade na cidade. Após uma série de lutas e reivindicações, aprovou-se um convênio com a Prefeitura (gestão 89/92), através da Secretaria de Desenvolvimento Urbano, para a construção de habitações pelo sistema de mutirão com autogestão.

Grande parte dos atuais moradores da Unidade Habitacional, construída pelo sistema de mutirão com autogestão, residiram no Casarão - cuja construção data do início do século XX -, onde se iniciou o cortiço do Brás e um dos berços do Movimento de Luta por Moradia Urbana.

A Associação de Construção por Mutirão do Casarão é formada por 182 famílias e o projeto habitacional previa a construção de 182 unidades de apartamentos (32m²), na região central da cidade de São Paulo, no bairro do Brás. A proposta arquitetônica foi

realizada pela equipe de cortiços da HABI - Superintendência de Habitação Popular da Secretaria de Desenvolvimento Urbano da Prefeitura do Município de São Paulo e contemplava a implantação, além da infraestrutura básica e de equipamentos e espaços coletivos comunitários, de quatro prédios de cinco pavimentos cada, a serem construídos em alvenaria estrutural armada.

Além dos espaços de uso privado o projeto previa os seguintes equipamentos de uso coletivo: praça central com cabines telefônicas; creche; lavanderia comunitária e área para a secagem de roupas; salões sociais e lojas comerciais.

Em 1993, a gestão 93/96 da Prefeitura de São Paulo paralisou o convênio com a Associação do Casarão, alegando irregularidades. Após longa análise do TCM - Tribunal de Contas do Município de São Paulo, a Associação teve suas contas totalmente aprovadas e, em maio de 1996, o convênio com a Prefeitura foi retomado.

O sistema de construção habitacional por mutirão e autogestão é uma das formas de programas de moradia e qualidade de vida recomendadas pela ONU (Organização das Nações Unidas) para os países de terceiro mundo, tendo sido referendado pelo HABITAT II - II Encontro das Nações Unidas para Assentamentos Humanos, realizado em Istambul, em 1996.

A obra se desenvolveu nos finais de semana, com trabalho dos mutirantes (membros das 182 famílias), e durante a semana, por meio de mão-de-obra especializada contratada. Embora não tendo sido concluída a construção dos apartamentos e das áreas comuns, dado que o orçamento previsto pelo convênio - paralisado por três anos - não sofreu correção monetária, as 182 famílias se mudaram para a Unidade do Brás, em 1997.

A Associação vem buscando, através de inúmeras iniciativas junto ao poder público municipal, o apoio para o término das obras e, junto ao poder público municipal, estadual, bem como junto a universidades e organizações não-governamentais, parcerias para vários sub-projetos do seu “Projeto de Cidadania Integral”.

Tal projeto visa:

“a transformação real da qualidade e da perspectiva de vida e de mundo das 182 famílias e aproximadamente 900 pessoas da Associação, através de um conjunto integrado de ações promotoras dessa melhoria. Busca criar e desenvolver ações fundamentadas na capacidade de aprendizagem das pessoas para o trabalho e para a vida independente, humana, solidária e com consciência crítica do mundo e da sociedade.” (Associação de Construção por Mutirão do Casarão, 1996, p.14)

Dentre aquelas ações promotoras de qualidade de vida incluem-se as destinadas especificamente às crianças, aos adolescentes e aos jovens, em relação a: saúde; educação; arte e cultura; esportes e preparação para o trabalho remunerado.

GOHN (1991) aponta que os Movimentos de Ajudas Mútuas – Mutirões, não requerem apenas casas, compõem um projeto em sua práxis, buscando soluções para suas crianças e adolescentes, por exemplo, como ocorre no Mutirão do Casarão.

“(...) o mutirão não tem um significado só econômico, de redutor de custos. Ele tem fundamentalmente, um significado sociopolítico de agregador de solidariedades (...).” (GOHN, 1991, p. 165)

Desde 1997 o condomínio tem buscado formas de se organizar e garantir qualidade de vida, acesso a serviços e participação social plena. Ali convivem como moradores cerca de 600 pessoas, sendo que quase 300 na faixa etária entre 0 a 21 anos. Destes, 66 são crianças

que possuem entre 0 a 6 anos, 102 crianças e adolescentes entre 7 a 14 anos e 110 adolescentes e jovens acima de 14 anos.

No intuito de contribuir nesse processo, o Centro de Docência e Pesquisa em Terapia Ocupacional da Faculdade de Medicina da Universidade de São Paulo (FMUSP) e o Departamento de Terapia Ocupacional da Universidade Federal de São Carlos (UFSCar), através de uma parceria com a Associação de Construção por Mutirão do Casarão, iniciaram um trabalho de pesquisa participante e levantamento de recursos territoriais, com vistas a elaborar um projeto de atenção para as crianças, os adolescentes e os jovens da Unidade do Brás.

TERAPIA OCUPACIONAL E O CAMPO SOCIAL

O campo social implica uma leitura da realidade e da problemática expressa pela pessoa que só se alcança através de recorte metodológico específico, que seja capaz de revelar e interagir com aquilo que se oculta nas manifestações que apenas de forma superficial e reducionista podem ser vistas como restritas ao indivíduo. É preciso trabalhar e desenvolver instrumentos para a interpretação da realidade pessoal-social e, também, guias para a atuação pessoal e social num universo complexo de interações e interconexões. Trata-se de discutir a terapia ocupacional através de características, problemas e necessidades concretas da população com a qual se trabalha e o papel social que as atividades podem propiciar, como instrumento de emancipação e de reconstituição de histórias e contextos (BARROS, GHIRARDI e LOPES, 1999).

Como pontuamos acima, a infância e a juventude de parcela significativa da população brasileira encontram-se na indigência, vivendo em situação de precariedade e vulnerabilidade extremas (PRIORE, 1999).

Dessa forma, abrir-se para um diálogo com disciplinas e autores preocupados em deslindar processos sociais imediatamente implicados na *desfiliação* poderá, ao nosso ver, preparar também o terapeuta ocupacional para atuar nesse campo, compreendendo suas nuances fundamentais.

A problemática da infância e da adolescência não se separa das condições de vida de seus genitores ou pais sociais e, portanto, da política econômica e da história do Brasil. Assim, todo projeto pessoal de emancipação não pode prescindir de uma compreensão aprofundada das implicações desta realidade social na vida cotidiana de crianças e adolescentes.

A socialização, a educação, a auto-educação e a afetividade são instrumentos preciosos na busca da produção de possibilidades para sua emancipação pessoal e social e os técnicos são operadores sociais que devem trabalhar com base na constituição de vínculos sólidos em tempos e espaços, que só podem ser definidos na relação e no mútuo conhecimento (BARROS, GHIRARDI e LOPES, 1999).

Questões presentes, como as da criança e do adolescente marcados pelas rupturas de redes sociais e afetivas de suporte, requerem um novo conceito de cidadania a ser construído, pois, mesmo depois do Estatuto da Criança e do Adolescente, aprovado em 1990, a criança e o adolescente não são reconhecidos como sujeitos de direitos no cotidiano brasileiro. Isto implica uma profunda transformação cultural que leve à desconstrução da separação histórica entre criança pobre – o ‘menor’, ‘perigoso’, ‘vadio’ – e criança rica – os ‘filhos de família’, e à construção de um conceito de cidadania que:

“além de superar os estreitos limites de seu nascedouro no espaço político liberal, enseje a criação de novos espaços de democracia sob

novos padrões éticos que eliminem os mecanismos recorrentes de exclusão social onde a subjetividade individual e a subjetividade coletiva encontrem seu lócus de expressão e convivência.” (GUARÁ, 1997, p. 50)

A fim de fornecer as bases de um projeto de intervenção junto a crianças, adolescentes e jovens de um conjunto habitacional construído por mutirão e fruto da luta de ex-moradores de cortiços, iniciou-se a parceria que acima nos referimos.

O condomínio representa um ganho importante do *Movimento de Luta por Moradia Urbana*. Neste conjunto habitacional, como dito anteriormente, as pessoas têm buscado formas de organização para garantir qualidade de vida, acesso a serviços e participação social plena.

Assim, a experiência levada pelo Movimento de Luta por Moradia Urbana em São Paulo, parece constituir-se em espaço privilegiado para estudo de formas de solidariedade e de sociabilidades ao mesmo tempo em que revela sua fragilidade.

A terapia ocupacional é um campo de conhecimento e de intervenção em saúde, em educação e na ação social, que reúne tecnologias orientadas para a emancipação e a autonomia de pessoas que, por razões ligadas a problemáticas específicas (físicas, sensoriais, psicológicas, mentais e/ou sociais), apresentam, temporária ou definitivamente, dificuldades de inserção e participação na vida social.

Neste sentido, parece-nos fundamental, para a terapia ocupacional, aceitar os desafios que se impõem na sociedade brasileira de nossos dias, no campo das populações em processos de *desfiliação* (CASTEL, 1994, 1997), ou seja, de grupos sociais inscritos numa dupla fragilização. É dessa perspectiva que vimos trabalhando na presente pesquisa.

Para tanto delimitou-se como objetivo geral discutir e definir características fundamentais de espaços de intervenção de terapia ocupacional motivada por necessidades sociais e econômicas que definem processos de *desfiliação* e de ruptura de redes sociais de suporte.

Com o intuito de atingir o objetivo mencionado realizou-se estudo sobre a vida cotidiana de crianças, adolescentes e jovens que vivem atualmente na Unidade Brás, visando a adequação de projetos de intervenção, a serem definidos em conjunto com a Associação de Moradores.

Dessa forma pretendeu-se:

1. Aprender as maneiras através das quais essa população está sendo cuidada/acolhida (ou não) na esfera doméstica e na esfera social, especialmente nas creches, pré-escolas, escolas, bem como nos postos de trabalho (formais e informais) e nos espaços destinados a cultura e lazer;

2. Aprender as soluções que a família vem dando para propiciar (ou não) sua subsistência e seu desenvolvimento;

3. Compreender as estratégias da comunidade para criar redes de proteção e suporte afetivos e econômicos de forma a assumir suas crianças, seus adolescentes e seus jovens;

4. Identificar núcleos de estrangulamentos e de contradições, assim como mecanismos de abandono/ violência no interior do espaço doméstico e/ou social.

METODOLOGIA

Como dito anteriormente, fomos contatados pelos moradores da Unidade Habitacional Celso Garcia para formação de uma parceria em termos de produção de propostas de soluções para problemáticas que vêm percebendo em seu meio social, especificamente em relação às crianças e aos adolescentes.

A fim de iniciarmos nossa inserção junto à Unidade do Brás, na Av. Celso Garcia, conhecendo e sendo conhecidas pelos moradores do condomínio, tentando nos aproximarmos da realidade da vida ali vivida, bem como traçar um perfil inicial das crianças, adolescentes e jovens, no sentido de saber quantos são, onde estão e o que fazem, assim como o contexto no qual se inscrevem as expectativas e compreensões dos adultos do condomínio a respeito das necessidades de suas crianças e de seus adolescentes e jovens, realizamos, em conjunto com representantes dos moradores, uma pesquisa que buscou aproximar-se desses dados.

Utilizamos para tanto um roteiro estruturado de entrevista e observação, que articulava quatro blocos, a saber:

Bloco A – Crianças de 0 a 6 anos; Bloco B – As crianças e os adolescentes de 7 a 14 anos; Bloco C – Os adolescentes e jovens de 15 a 21 anos; Bloco D – Os moradores e as famílias².

² Reproduzimos aqui, a fim de exemplificação, os itens pesquisados no Bloco B: Dados gerais - identificação do domicílio (bloco, apartamento); data; entrevistadores; pessoas presentes no encontro; Dados sobre as crianças/adolescentes de 7 a 14 anos - prenome; idade; freqüenta escola? - qual, bairro, tipo, série e período -; para os que não freqüentam escola - já freqüentou?, com que idade deixou a escola?, quantos anos completos cursou?, parou em que série?, por que deixou a escola ou nunca freqüentou? -; para os que voltaram a freqüentar a escola - qual foi o principal motivo que o (a) levou a voltar a estudar? -; conta com a merenda da escola?; quantas horas do dia fica na escola?; dificuldades na escola? - quais?; já foi reprovado(a)? - quantas vezes?; trabalha fora e/ou em casa em atividades domésticas? - quais?; onde e em que trabalha?; quantas horas por dia trabalha fora de casa e em casa?; onde e com quem fica quando não está na escola ou no trabalho?; o que gosta de fazer?; o que gostaria de aprender a fazer?; doença/ problema? - qual; experiência de ficar na rua?; já esteve na FEBEM/SOS Criança?; observações e/ou comentários dos moradores e dos entrevistadores presentes no encontro. As entrevistas eram feitas com os pais e as crianças/adolescentes presentes.

Este instrumento inicialmente produzido por nós, foi apresentado, discutido e redefinido a partir de reuniões com representantes dos moradores.

Iniciamos então as visitas às 182 residências da Unidade do Brás. Quase todas as famílias foram entrevistadas – 161, 88.5%. Nas 21 residências restantes, os apartamentos ainda estavam vazios ou não foi encontrado nenhum morador em diferentes horários.

A aplicação do instrumento, concomitante às visitas, ocorreu durante os fins de semana, para que esta atividade pudesse se constituir uma ação conjunta das pesquisadoras e do grupo de moradores. Para a realização das visitas foi formada uma comissão de moradores, sendo que em cada dia éramos acompanhadas por um representante dessa comissão, a fim de que nos apresentassem em cada uma das residências e participassem da aplicação do instrumento.

As visitas propiciaram uma aproximação entre as pesquisadoras e os moradores, conforme esperado, bem como deu início ao nosso processo de inserção no condomínio como um todo e não apenas entre aqueles representantes da Associação de Construção por Mutirão do Casarão que haviam nos procurado. Possibilitaram, também, a obtenção de dados quantitativos a respeito de quantos são, o que fazem e onde estão as crianças, adolescentes e jovens moradores do local.

Esses dados foram tratados no programa de epidemiologia Epi Info 6.0³ (World Health

³ O Epi Info é uma série de programas de microcomputador para manusear dados epidemiológicos em formato de questionário e também para organizar planos de estudo e resultados em um texto para a constituição de relatórios escritos. O programa foi criado pela Divisão de Vigilância e Estudos Epidemiológicos do Centers of Disease Control, Atlanta, USA. Seu uso é recomendado pela Organização Mundial da Saúde (World Health Organization, s/d).

Organization, s/d). A partir dos dados trabalhados, foram criados gráficos no programa Microsoft Excel, programa utilizado para criação de planilhas, banco de dados e gráficos (MANZANO e MANZANO, 1999).⁴

Foram realizadas discussões com um grupo de moradores, através de reuniões, sobre os dados encontrados de forma a compreender a situação de vida das crianças, dos adolescentes e dos jovens que vivem na Unidade do Brás, de modo a proceder à identificação de problemas, buscando caminhos para se encontrar possíveis soluções.

Realizamos, ainda, um levantamento quantitativo dos equipamentos sociais disponíveis na região, bem como iniciamos um levantamento qualitativo dos mesmos a partir de algumas visitas realizadas. Esses equipamentos possivelmente terão uma interconexão com o projeto de intervenção a ser constituído juntamente com os moradores. Esperou-se o final da realização da aplicação do instrumento nas residências da Unidade do Brás, para que já se soubesse quais os equipamentos sociais mais relevantes para a comunidade, conhecendo, a partir destes, o todo disponível na região.

Foram, também, realizadas visitas à Supervisão Regional do Bem-Estar Social (SURBES) da região Sé e da região Moóca, pois o condomínio localiza-se numa área de transição entre essas duas SURBES. Cada uma delas disponibilizou uma listagem dos equipamentos públicos e privados conveniados disponíveis em suas áreas de abrangência.

⁴ Microsoft Excel é um programa de microcomputador que se apresenta estruturado a partir de planilhas eletrônicas utilizadas para cálculos matemáticos (simples e complexos), podendo gerar banco de dados e gráficos, ampliando os recursos de resolução e conjunção de dados, possibilitando que se obtenha uma melhor visualização destes. (MANZANO e MANZANO, 1999).

RESULTADOS

Apresentamos aqui os dados encontrados que referenciam, juntamente com o levantamento dos recursos territoriais da região, assim como o mútuo conhecimento que essa pesquisa produziu, o projeto de atenção que está em fase de elaboração para as crianças, os adolescentes e os jovens da Unidade do Brás.

O levantamento de dados da população, realizado em 88.5%⁵ das residências, revelou a presença de 110 adolescentes com idade acima de 14 anos, 102 crianças de 7 a 14 anos e de 66 crianças entre 0 a 6 anos. Estes dados mostram que aproximadamente 47% dos moradores da Unidade do Brás têm entre 0 e 21 anos.

BLOCO A – Crianças de 0 a 6 anos

Com o intuito de se conhecer onde e com quem ficam as crianças de 0 a 6 anos, os equipamentos sociais freqüentados por elas e problemáticas percebidas por seus pais ou responsáveis, tabulou-se os dados que apresentamos a seguir.

Quanto à freqüência na creche ou pré-escola, 41% das crianças estão inseridas em equipamentos sociais destinados à atenção desta faixa etária.

Embora a maioria (62.9%) das crianças com idade entre 3 e 6 anos esteja freqüentando a creche ou pré-escola, 13 (37.1%) entre 45 crianças não estão.

Dentre o total de crianças entre 0 e 6 anos, 26, ou seja 39.4%, nunca freqüentaram o sistema educacional; 12 (18.2%) já freqüentaram o sistema educacional e

⁵ Não foi possível aplicar o instrumento em 100% dos apartamentos devido à existência de alguns apartamentos vazios e alguns onde não foi encontrado nenhum morador em diferentes horários.

alegam tê-lo abandonado por diferentes motivos⁶.

Os motivos alegados para a ausência nas creches, envolvem diversos tipos de dificuldade que necessitam ser avaliadas através de uma investigação qualitativa a fim de que se possa propor melhorias e criar novas possibilidades.

A região dispõe de 06 creches (apenas uma municipal) e 01 EMEI (Escola Municipal de Educação Infantil). Verificou-se que 72.7% das crianças freqüentam a creche São Francisco de Assis, instituição privada sem fins lucrativos que mantém convênio com a Prefeitura. Nessa creche há pequena disponibilidade de espaço para as 90 crianças que atende em período integral. O pequeno corpo de funcionários é formado por pagens que permanecem o dia todo com as crianças, além de agentes escolares responsáveis pelos serviços de limpeza e alimentação. A disponibilidade de vagas não supre a demanda, há uma lista de espera de 200 crianças. É necessário que o responsável pela criança esteja trabalhando para ter condições de concorrer a uma vaga.

Quanto ao brincar, aproximadamente 100% dos pais ou responsáveis declaram que as crianças brincam. Os pais ou responsáveis afirmaram que é o próprio apartamento o local mais usado para as brincadeiras. Alguns pais permitem que seus filhos brinquem no pátio central, vários outros, entretanto, não o fazem e o motivo alegado foi a falta de segurança para as crianças entre 0 e 6 anos. As crianças brincam também nos

⁶ Dentre eles foram relacionados, em ordem decrescente de importância: 1. Quando a criança já havia freqüentado a creche ou pré-escola por algum período - a perda da vaga por haver faltado, a distância da creche, o pagamento de mensalidade em creches, o desemprego da mãe (o emprego era condição para se ter vaga), a não adaptação da criança à creche e a creche favorece o adoecimento; 2. Quando a criança nunca havia freqüentado a creche ou pré-escola - a falta de vaga em creche gratuita, o fato da criança não ter ainda um ano de idade, a falta de interesse da mãe e a disponibilidade da mãe por estar desempregada.

corredores do condomínio e nas casas de parentes. Este resultado aponta uma certa carência de espaço físico disponível para a brincadeira. As crianças não dispõem de local para brincar conjuntamente e explorar diferentes materiais, sendo este um ponto necessário a ser incluído num projeto de intervenção.

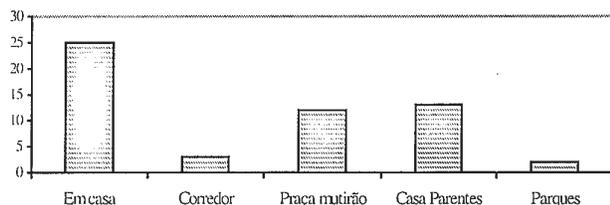


GRÁFICO 1 - Locais onde as crianças brincam

O gráfico acima apresenta a freqüência de respostas à pergunta sobre quais os locais que as crianças utilizam para brincadeira.

Em algumas residências suspeitou-se de alguns casos de maior fragilidade com relação às crianças, não sendo possível entretanto, afirmações concretas devido a realização de apenas uma visita. É necessário que se faça uma maior averiguação, com relação a algumas crianças, através de um estudo qualitativo, para, possivelmente, se detectar a necessidade de um acompanhamento e aporte mais individual para as mesmas.

Finalmente, foi possível conhecer as crianças desta faixa etária, sua inserção no sistema educacional, e, a partir destes dados, poder traçar estratégias para a consolidação de um projeto de intervenção que atenda as principais demandas destas crianças, visando seu pleno desenvolvimento.

BLOCO B – Crianças e Adolescentes de 7 a 14 anos

Entre 7 e 14 anos, quase todos estão freqüentando a escola, 101 em 102 pessoas. Apesar do significado estatístico de apenas uma criança não estar cursando o ensino fundamental seja inexpressivo, deve-se considerá-lo por se tratar de uma criança, ou seja, ela provavelmente encontra-se numa situação de fragilidade onde um aporte individual poderia solucionar dificuldades legais, por exemplo, e criar suportes para a sua adesão à escola.

Observa-se que a defasagem entre idade e ano escolar esperado vai aumentando gradativamente, evidenciando a presença de dificuldades no desenvolvimento das atividades escolares (6 crianças com 10 anos entre 16, ainda cursam a terceira série do ensino fundamental).

TABELA 1 - Situação das crianças e adolescentes por Idade e Série que freqüentaram, em 1999

Idade	Número	Série							
		1 ^a	2 ^a	3 ^a	4 ^a	5 ^a	6 ^a	7 ^a	8 ^a
7	11	9	2	0	0	0	0	0	0
8	12	1	11	0	0	0	0	0	0
9	11	0	0	8	3	0	0	0	0
10	16	0	0	6	8	2	0	0	0
11	12	0	0	0	4	7	1	0	0
12	14	0	0	0	2	3	9	0	0
13	15	0	0	0	0	5	3	6	1
14	9	0	0	0	0	0	4	2	3
Total	100	10	13	14	17	17	17	8	4

OBS: um não informado

68% das crianças e adolescentes dessa faixa etária referem já terem sido reprovados e as dificuldades elencadas foram: problemas de aprendizagem em geral (39%); problemas de aprendizagem de matemática (33%); problemas de comportamento (17%) e falta de interesse (11%).

A região dispõe de 06 escolas para o ensino fundamental e médio; 05 são públicas estaduais e 01 é ligada ao SESI.

Em relação à situação de trabalho, as respostas dadas foram:

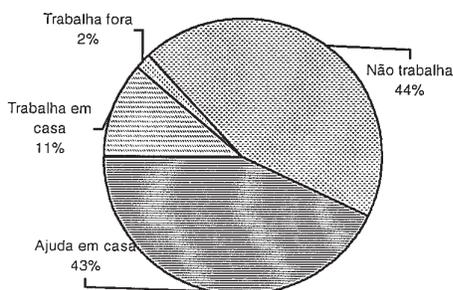


GRÁFICO 2 - Situação quanto ao trabalho das crianças e adolescentes de 7 a 14 anos

Os 11% das crianças que trabalham em casa são representados por 100% de meninas, sendo que *trabalhar em casa* foi considerado quando a criança é a única responsável pela limpeza, cuidado de irmãos mais novos, dentre outras tarefas. Das crianças que *ajudam em casa*, realizar alguma tarefa ocasionalmente, cerca de 80% são meninas. Estes dados demonstram a prevalência de relações sociais onde às meninas é designada a tarefa de cuidado doméstico.

Várias crianças, entre 7 e 14 anos, são responsáveis inteiramente pelo cuidado de irmãos mais novos no período em que não estão na escola, devido, segundo os pais, à falta de vaga em creches para os

filhos menores.

Dentre as crianças que trabalham fora uma é babá e a outra entregadora de jornal, sendo ambas menores de quatorze anos.

No período em que não estão na escola a maioria das crianças, da faixa etária acima, fica em casa, brincando na praça do mutirão, na rua, entre outros. Um quarto dessas crianças frequenta o Centro da Juventude - local conveniado com a Prefeitura no qual as crianças ficam durante a semana no período em que não estão na escola realizando atividades artesanais, tarefas escolares, esportes e recebem alimentação.

Essas crianças afirmam que gostariam de aprender (e/ou vivenciar) preferencialmente esportes, dança e música e, também, teatro, artesanato, computação, idiomas, matérias dos currículos escolares, a ter mais disciplina no dia-a-dia, desfilar. Apareceram também respostas como: andar de avião, cantar, cozinhar, etc (item *Outros* no gráfico abaixo).

Quando perguntadas sobre o que gostariam de aprender, as crianças responderam:

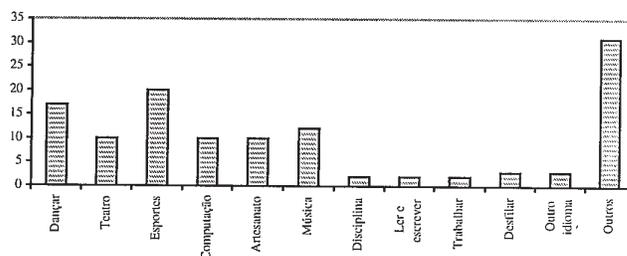


GRÁFICO 3 - O que as crianças e adolescentes gostariam de aprender (7 a 14 anos)

Igualmente à faixa etária anterior, foram detectados alguns dados, para as crianças e adolescentes de 7 a 14 anos da Unidade do Brás, que demonstram certas vulnerabilidades que devem ser contempladas no planejamento de um projeto de intervenção.

BLOCO C – Adolescentes e Jovens de 15 a 21 anos

Dos 110 moradores com idade entre 15 e 21, apenas 31 estão freqüentando o ensino médio; freqüentam ainda o ensino fundamental 31 jovens com mais de 14 anos; 01 jovem está cursando o ensino superior; 42 pararam seus estudos antes de concluir 8 anos de vida escolar; 2 interromperam seus estudos quando cursavam o ensino médio; em duas visitas os entrevistados não souberam informar a série que o jovem cursava. Finalmente, existe

01 jovem que nunca freqüentou o sistema escolar por ser portador de transtorno mental, segundo relato de sua mãe.

Assim, atualmente 45 (40.9%) adolescentes e jovens não estudam.

A evasão escolar é elevada na quinta série do ensino fundamental e na passagem deste para o ensino médio. Foi entre 14 e 16 anos, que 50% desses jovens abandonaram a escola.

TABELA 2 - Idade e série em que adolescentes e jovens deixaram o ensino fundamental, em 1999

Idade	Freqüência	Percentagem	Série	Freqüência	Percentagem
13	1	2.4%	1 ^a	1	2.4%
14	4	9.5%	2 ^a	2	4.8%
15	11	26.2%	3 ^a	9	21.4%
16	6	14.3%	4 ^a	1	2.4%
17	5	11.9%	5 ^a	12	28.6%
18	5	11.9%	6 ^a	7	16.7%
19	3	7.1%	7 ^a	3	7.1%
20	2	4.8%	8 ^a	7	16.7%
21	2	4.8%	-	-	-
Não Inf.	3	7.1%	-	-	-
Total	42	100%	Total	42	100%

54% dos que estudam o fazem no período noturno.

72% dos adolescentes e jovens dessa faixa etária referem já terem sido reprovados.

Os maiores motivos alegados para o abandono da escola foram: gravidez (17%); falta de interesse (15%); mudança de cidade (15%) e falta de vaga (8%). Uma grande parcela, entretanto não especifica o motivo; freqüentar a escola parece perder o significado diante da complexidade da vida desses jovens.

Considerando a importância da formação e da preparação para a participação plena na vida social, torna-se imprescindível desenvolver formas alternativas

ao ensino formal, além de buscar criar-se mecanismos de apoio no sentido de diminuir a evasão e melhorar o rendimento na escola.

Em relação ao trabalho os jovens estão:

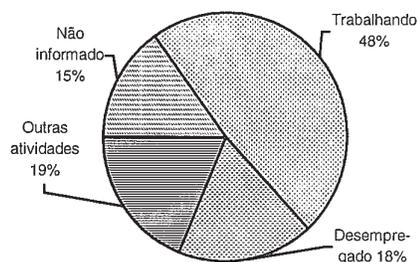


GRÁFICO 4 - Situação quanto ao trabalho dos adolescentes e jovens de 15 a 21 anos

Assim, 48% dos jovens entre 15 e 21 anos estão inseridos no mercado formal ou informal de trabalho, enquanto 18% estão desempregados. O item *Outras atividades* compreende moradores dessa faixa etária (19%) que estão “apenas” estudando, cuidando de bebês (filhos dos adolescentes), cuidando de irmãos, e que, temporariamente, não têm interesse em trabalhar.

Grande parte destes jovens, trabalha como ajudante geral e office-boy/girl de empresas da região.

Nesta faixa etária, quando não estão na escola ou no trabalho, a maioria deles diz estar com amigos em espaços coletivos como a praça do mutirão, bares, a rua.

Com relação às atividades que gostariam de aprender, enfatizam o aprimoramento profissional através, principalmente, de cursos profissionalizantes de nível médio e superior, de computação e aprendizado de uma segunda língua, como pode ser visto no gráfico abaixo. Atividades de esporte e lazer (música, dança, desenho e outras – teatro, culinária e costura) também foram citadas.

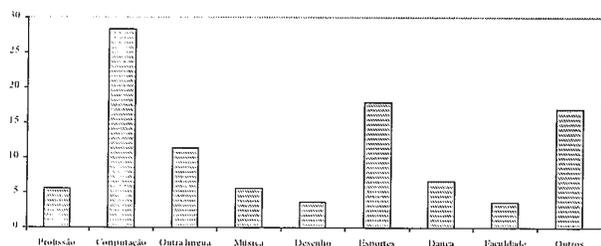


GRÁFICO 5 - O que os adolescentes e jovens gostariam de aprender (15 a 21 anos)

A adolescência, segundo GUARÁ (1997) é um período no qual o indivíduo se aventura em descobertas e desafios, sendo um momento privilegiado para a sedimentação de projetos de cidadania. Para esta autora, a adolescência deve propiciar o florescimento de capacidades do indivíduo, embasar reflexões críticas sobre os valores, estruturar vínculos significativos e a

realização positiva de “experiências cumbre” (Heller, apud Guará, 1997) – vivências de intensa alegria e felicidade que possibilitam a superação da contingência.

“Estas possibilidades assinalam que o alcance de um equilíbrio intrapessoal que constitui uma subjetividade integrada à noção de cidadania, pode favorecer a criação de um projeto ético político ou, (...) um projeto de ‘autodeterminação’.” (Guará, 1997, p. 69)

BLOCO D – Os Moradores e as Famílias

As perguntas referentes a este Bloco não faziam parte de nosso objetivo central, no entanto apresentaram-se relevantes para uma melhor compreensão da totalidade do meio em que as crianças, adolescentes e jovens vivem, bem como do que pensam os adultos a respeito desta parcela dos moradores.

Com relação à idade, observa-se que a maior parte dos adultos está na faixa etária entre 31 e 45 anos, a divisão total é apresentada nesta tabela:

TABELA 3 - Moradores segundo a Idade, em 1999

Idade	Número	Porcentagem
Maiores de 60 anos	31	5%
De 46 a 60 anos	71	12%
De 31 a 45 anos	142	24%
De 22 a 30 anos	71	12%
De 15 a 21 anos	110	19%
De 7 a 14 anos	102	17%
De 0 a 6 anos	66	11%
TOTAL	593	100%

Dentre os moradores com mais de 21 anos, 42% são do sexo masculino e 58% do sexo feminino. A presença majoritária de mulheres foi uma característica do Movimento, a representação e o trabalho para construção dos apartamentos foi realizado, em sua maioria, por elas.

A função de chefe da casa, ou seja, quem é o

responsável pela manutenção financeira, é exercida por 46% das mulheres. Este dado indica que 85 mulheres são as mantenedoras de suas residências.

Quanto à situação de emprego dos moradores, tivemos:

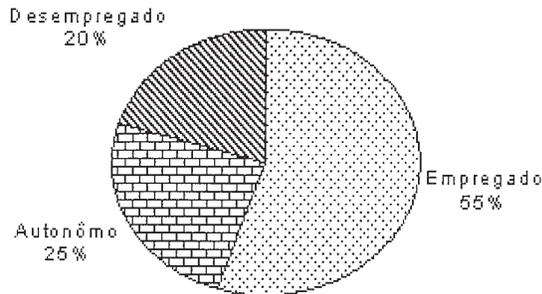


GRÁFICO 6 - Situação quanto ao trabalho dos adultos

A categoria autônomo foi considerada quando a pessoa estivesse exercendo uma função temporária, popularmente conhecido como “fazer um bico”. Tais pessoas, em sua maioria, estão procurando emprego. Estes dados repetem, microestruturalmente, a situação do desemprego na grande São Paulo.

Quanto aos problemas percebidos no condomínio, 35% dos moradores assinalam majoritariamente: a necessidade de término da obra, a existência de esgoto a céu aberto e a falta de água recorrente. Como segundo item mais apontado tivemos os problemas de convivência (25%) - as pessoas reclamam de brigas, barulho e “falta de educação”; 8%

das respostas referem a falta de união entre os moradores, união esta que teria existido durante a construção do condomínio e que não teve continuidade. Por outro lado, 6% das pessoas que lá residem não vêem nenhum problema.

Cerca de 30% dos moradores atuais faziam parte do cortiço do Casarão, construção datada do século XIX e mantida após a construção dos blocos de apartamentos. Os demais eram moradores de outros cortiços, favelas e outras formas de moradia da região. As pessoas, mesmo aquelas que diziam não gostar de morar ali, freqüentemente respondiam que o local é muito melhor que o cortiço e simboliza uma ascensão na vida.

Com relação à pergunta, o que há de bom em morar na Unidade do Brás, as respostas se dividiram, principalmente, em ser uma moradia própria (25%) e estar num bairro central desfrutando-se dos benefícios dessa condição (20%). Algumas respostas simbolizam a luta do movimento: 6% responderam que é bom por ser uma conquista. Ainda, 8% por ter grandes amigos, e 11% pelos vizinhos. As demais respostas dividiam-se em segurança, sossego, dentre outros. Houve também 10% das pessoas que disseram não haver nada para pontuar na categoria bom.

Tratando-se especificamente das crianças, adolescentes e jovens, foi perguntado quais os problemas que estes enfrentam. O gráfico abaixo apresenta as respostas:

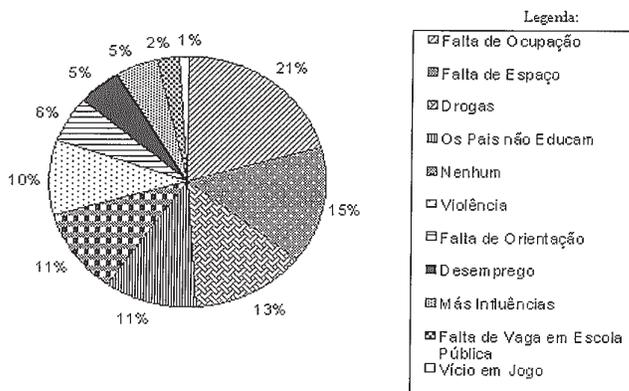


GRÁFICO 7 - Problemas enfrentados pelas crianças, adolescentes e jovens segundo os adultos

Ou seja, a falta de ocupação é o principal problema enfrentado pelas crianças, adolescentes e jovens segundo os adultos. A luta por espaço (na casa, no condomínio - batalha cotidiana dos adultos) acompanha a problematização das questões que envolvem seus filhos e netos. O temor diante da possibilidade da drogadição, da violência urbana, aliados à falta de educação familiar e orientação, seguem como os maiores problemas enfrentados pelas crianças, adolescentes e jovens do condomínio, na visão dos adultos.

Em seguida, deixou-se um espaço/tempo livre para que os adultos apresentassem demandas e/ou sugestões em relação às crianças e aos adolescentes. A tabela a seguir é uma síntese das respostas:

TABELA 4 - Demanda e sugestões dos adultos em relação às crianças, adolescentes e jovens, em 1999

Categorias	Porcentagem
Outros	27%
Oficinas	20%
Lazer direcionado	10%
Utilização da creche	10%
Criação de espaço para brincadeiras	9%
Término da obra	8%
Nenhuma	6%
Palestras e vídeos	5%
Melhorar as escolas	5%
TOTAL	100%

Na categoria *Outros* apareceram respostas como a utilização do Casarão para criação de espaços de lazer e ocupação para crianças e adolescentes, cursos de computação, contratação de professores, esportes, cursos profissionalizantes, e algumas demandas não relacionadas a esta faixa etária como oficinas para adultos, instalação de um condomínio, síndico, etc.

Cursos, oficinas, lazer direcionado, esportes e ocupação compõem, majoritariamente, o rol de sugestões para o enfrentamento dos problemas que atingem a população infantil e adolescente do condomínio.

O item 'Utilização da creche' refere-se a um edifício de 181,73m² com dois pavimentos, existente no Condomínio que, por ser inadequado para ser utilizado para alocar uma creche, segundo a Secretaria de Assistência Social do Município, está ocupado apenas com materiais de construção que restaram da obra.

Conhecer o que os adultos pensam a respeito da criança, do adolescente e do jovem, foi uma estratégia para nos aproximarmos do imaginário adulto sobre este universo, nesta comunidade. Buscou-se apreender qual cultura/valores estão aí presentes e o que se vê como necessário para o desenvolvimento destes sujeitos. A diversidade de respostas demonstra a diversidade da vida cotidiana neste espaço. Observou-se, contudo, que a maioria percebe problemas para a infância e adolescência e aponta para soluções que implicam uma atenção diferenciada para esta faixa etária.

Entre os itens que compunham o instrumento, estão apresentados aqui aqueles que consideramos os mais relevantes.

CONCLUSÕES

A partir desse material, fez-se, em conjunto com os moradores da Unidade do Brás, uma discussão para a identificação dos problemas e caminhos para encontrar possíveis soluções, como a definição de projetos de atenção para suas crianças, adolescentes e jovens, de forma a buscar a consolidação e/ou a criação e a ampliação das redes sociais de suporte.

Esta pesquisa trouxe-nos um conhecimento a respeito de quem são as crianças, adolescentes e jovens

da Unidade do Brás, dos equipamentos sociais que freqüentam, e, em certa medida, de suas fragilidades e vulnerabilidades.

Importa ressaltar que a aplicação do instrumento elaborado através de visitas e entrevistas domiciliares, nos fins de semana e num processo conjunto com representantes da Associação de Construção por Mutirão do Casarão, possibilitou que alcançássemos um grau importante de aproximação com os demais moradores e a inserção necessária à continuidade do projeto.

Bucamos agora viabilizar soluções coletivas para problemas comuns; criar alternativas saudáveis de vida infantil e adolescente no contexto de um bairro da região central de uma das maiores cidades do mundo onde a violência, as drogas, a prostituição e os furtos constituem problemáticas com as quais crianças e jovens se deparam cotidianamente (SPOSATI, 1996).

Sabemos que precisaremos organizar as intervenções que vierem a ser propostas em vários níveis que articulem ações territoriais e no condomínio, ações individuais e coletivas, produção de atenção e de conhecimento.

Nesse território⁷, pode-se observar diferentes maneiras de existir, sonhar, viver, trabalhar e realizar trocas sociais. Essa noção exige que se tenha a compreensão da ação social não a partir da noção de risco, que isola e escolhe determinadas variáveis, mas sim, partir da noção de possibilidades de vida. Isto significa que busca-se trabalhar a partir de uma visão do ambiente ecológico e social, no qual a criança, o adolescente e o adulto, tecem suas relações (OLIVER e BARROS, 1999).

⁷ A noção de território que adotamos aqui supõe um espaço delimitado geograficamente, construído historicamente e com relações socio-econômicas e culturais a desvendar.

O reconhecimento do outro como interlocutor valioso é uma das noções basilares deste projeto.

O trabalho que vimos desenvolvendo depende de afinada interação entre as pesquisadoras e os representantes dos moradores da Unidade do Brás. Ao propormos uma parceria - Universidade e Associação, partiu-se do firme propósito de construir conjuntamente caminhos de soluções para os problemas detectados em relação à população infantil e adolescente do antigo Cortiço do Casarão. As novas etapas do projeto exigirão do grupo de moradores a assunção de suas crianças e adolescentes como uma de suas prioridades e a participação coletiva para enfrentamento das questões por eles levantadas⁸.

Militantes, lideranças e assessores diretos dos movimentos sociais populares sentem e falam da crise de participação de forma explícita. As dificuldades vão além da mobilização. São percebidas no próprio plano de interesses. Ao nosso ver (LOPES, 1999a, 1999b), os vícios, males e conseqüências do corporativismo não foram superados, porque muitos movimentos estão entrincheirados em si próprios, donos de verdades, não permeáveis à críticas. Outros ainda são conduzidos de forma paternalista, cerceando as bases enquanto reservas próprias. Ou seja, há muitos problemas internos nos movimentos populares, já colocados por vários autores (GOHN, 1997), os quais não trariam maiores dificuldades em regimes de plena democracia, mas que se tornaram problemáticos no contexto brasileiro, na vigência de uma cultura política que não se transformou o suficiente para o pleno exercício do

⁸ Ao final de 1999, o Núcleo USP/UFSCar do Projeto Metuia e a Associação de Construção por Mutirão do Casarão propuseram o Projeto Casarão; parcialmente implantado ao longo deste ano (2000), ofereceu as bases nas quais vimos atualmente trabalhando. Esta experiência será relatada num próximo trabalho.

jogo democrático, que convive com regras de fisiologismo e de práticas do tradicionalismo, mas fala em nome da modernidade.

MELUCCI (1989) afirma que os movimentos não são personagens de um roteiro previamente escrito, mas se constituem como redes de produção de sentidos, de constituição de um mundo compartilhado de significações onde a ação e as opiniões sejam possíveis, emergindo enquanto mobilizações coletivas, a partir de articulações multissetoriais, apenas em momentos de amadurecimento de contradições em meio às quais operam.

Os moradores do antigo Cortiço do Casarão vivenciaram um longo processo de luta vitorioso para a aquisição da moradia. Sentem, neste momento, uma dificuldade maior de reorganização para solucionar uma nova questão (dentre outras): o risco a que estão sujeitos suas crianças e adolescentes inscritos que estão no que CASTEL (1994) denomina zona de vulnerabilidade social.

O presente trabalho busca contribuir para um reordenamento e uma reorganização do antigo Mutirão do Casarão no Movimento de Luta por Moradia Urbana, através de novas ações sociais que encaminhem para a criação de alternativas de resolução das problemáticas levantadas e assumidas como parte das necessidades/ prioridades do Movimento, para além da aquisição da moradia.

Dentre as ações promotoras de qualidade de vida, ressaltamos a importância daquelas destinadas às crianças, aos adolescentes e aos jovens adultos que se dão no sentido de fortalecer as redes de sociabilidade e de suporte relacional, econômico e afetivo. Ações que se viabilizem como alternativas à precariedade do trabalho e à fragilidade do vínculo social. Trata-se de buscar possibilidades de vida e de fortalecer o poder integrador de redes de proteção, desenvolvendo ações ligadas à saúde, à educação, à arte, à cultura, ao lazer, além da preparação para o trabalho.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- ASSOCIAÇÃO de Construção por Mutirão do Casarão. **Projeto Cidadania Integral: proposta para implantação.** São Paulo, 1996.
- BARROS, D.D., GHIRARDI, M.I.G., LOPES, R.E. Terapia ocupacional e sociedade. **Revista de Terapia Ocupacional da USP**, São Paulo, V.10, n.2-3, p.71-76, 1999.
- BONDUKI, N. Do cortiço à habitação digna: uma questão de vontade política. **URBS**, São Paulo, Vol.2, n.11, 1999. p.39-43.
- BRASIL. **Estatuto da criança e do adolescente.** São Paulo: Cortez, 1990. 181p.
- CASTEL, R. Da indigência à exclusão, a desfiliação. Precariedade do trabalho e vulnerabilidade relacional. In: LANCETTI, A. (Org.) **SaúdeLoucura**, n.4. São Paulo: Hucitec, 1994. p. 21-48
- CASTEL, R. As transformações da questão social. In: BELFIORE-WANDERLEY, M., BÓGUS, L., YAZBEK, M.C. (Org.) **Desigualdade e a questão social.** São Paulo: EDUC, 1997. p. 161-190.
- CARVALHO, J.M. **Os bestializados.** São Paulo: Companhia das Letras, 1987. 196p.

- FOLHA DE SÃO PAULO. 04 jun. 2000. Caderno Cotidiano, p.8-9.
- GUARÁ, I.M.F.R. Modernidade, adolescência e cidadania. In: DULCE, B. **Cidadania e subjetividade: novos contornos e múltiplos sujeitos**. São Paulo: Imaginário, 1997. p. 43-71.
- GOHN, M.G. **Movimentos sociais e lutas por moradia**. São Paulo : Loyola, 1991. 213p.
- _____. **Teoria dos movimentos sociais**. São Paulo: Loyola, 1997.
- KOWARICK, L. (Org.). **As lutas sociais e a cidade: São Paulo, passado e presente**. 2 ed. Rio de Janeiro : Paz e Terra, 1994. 316p.
- KOWARICK, L. e ANT, C. Cem anos de promiscuidade: o cortiço na cidade de São Paulo. In: KOWARICK, L. (Org.) **As lutas sociais e a cidade: São Paulo, passado e presente**. 2ª ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1994. p. 73-91.
- KOWARICK, L. e BONDUKI, N. Espaço urbano e espaço político: do populismo à redemocratização. In: KOWARICK, L. (Org.) **As lutas sociais e a cidade: São Paulo, passado e presente**. 2ª ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1994. p. 147-177.
- LOPES, R.E. **Cidadania, políticas públicas e terapia ocupacional**. Campinas, 1999a. 539p. Tese (Doutorado em Educação) - Faculdade de Educação da UNICAMP.
- LOPES, R.E. **Solidariedade, sociabilidade e protagonismo – os movimentos sociais brasileiros, a crise de mobilização e o novo na ação social**. São Carlos, 1999b. (mimeo).
- MANZANO, J.A.N.G. e MANZANO, A.L.N.G. **Estudo Dirigido de Excel 2000**. São Paulo: Érica, 1999 (Coleção P.D.).
- MELUCCI, A. Um objetivo para os movimentos sociais. **Lua Nova**, 17. São Paulo : CEDEC, 1989.
- OLIVER, F.C. e BARROS, D.D. Reflexionando sobre desinstitucionalización y terapia ocupacional. **Matéria Prima – Primera Revista Independiente de Terapia Ocupacional en Argentina**. V. 4, n.13, p.17-20, 1999.
- PRIORE, M. del (Org.) **História das Crianças no Brasil**. São Paulo : Contexto, 1999. 444p.
- REVISTA VEJA. Os invasores urbanos. 26 abr. 2000. p.16-26.
- SILVA, L.G. (Gegê). Comunicação pessoal, 21 jul. 2000. 9p.
- SPOSATI, A.O. (Coord.) **Mapa da exclusão/inclusão social na cidade de São Paulo**. São Paulo : EDUC, 1996. 126p.
- VALLADARES, L. Pensando a pobreza urbana no Brasil. In: BOSCHI, R. **Corporativismo e desigualdade: a construção do espaço público no Brasil**. Rio Fundo : IUPERJ, 1994. p. 81-111.
- WORLD HEALTH ORGANIZATION. **Epi Info – versão 6**. Centers for Disease Control, Atlanta, USA. WHO, Geneva, Switzerland. Tradução de Marilda Lauretti da Silva Guedes e José Cássio de Moraes. Departamento de Medicina Preventiva, Faculdade de Medicina da Universidade de São Paulo, s/d.

ABSTRACT

The study here proposed represents a moment of an occupational therapy intervention program - and its interconnections with the social sphere, that has been developed by professionals, lecturers and students of the Universidade de São Paulo (USP) and the Universidade Federal de São Carlos (UFSCar), in the area of occupational therapy. These interventions happen in community places and refer to populations involved in a process of rupture of the supporting social nets. The mentioned program integrates the 'Projeto Metuia', an inter-institutional group of studies whose main aims are forming human resources and developing actions for protecting the citizenship of children, adolescents and adults involved in processes of rupture of the supporting social nets. We are working to establish the basis for the elaboration of occupational-therapeutic programs in the social area, which depends on a deeper understanding of the target groups above mentioned - a knowledge that, up to this day, is not sufficiently developed. The present project is to be seen, from a methodological point of view, as a participative research. Our intervention in the social occupational therapy field was also based on an ethnographic and epidemiological study that we carried on. The 'Associação de Construção por Mutirão do Casarão' (which is an urban movement for housing, in the district of Brás, São Paulo) has proposed to the 'Núcleo USP/UFSCar' of the 'Projeto Metuia' a partnership with the purpose of finding solutions to the problems that have been detected, relating to their children, adolescents and youngsters. Thus, the results that we expect to produce, in association with the people who live in the residences built up by 'Mutirão do Casarão' (that is, built up by their joint efforts), are the consolidation, the creation and/or the increase of the supporting social nets, for the sake of their children, adolescents and youngsters.

Key words: childhood, adolescence, citizenship, community work, housing, occupational therapy